



A Hospitalidade e as Transformações Urbanas¹

Lucio Grinover²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

As transformações do espaço urbano, ocorridas nas últimas décadas, determinam o questionamento da hospitalidade fundamentada em conceitos que precisam ser revisitados. A partir da prática da hospitalidade na cidade, condicionadas por normas de utilização de seus equipamentos e infra-estrutura percorre-se uma cadeia de eventos sociais, econômicos e culturais que chegam aos espaços públicos e às novas formas de expansão do tecido urbano e de urbanização. Além disso, a comunicação urbana nos proporciona novos objetos de estudo, novos signos, que elaboram um discurso específico sobre a cidade, cujos códigos compartilham a apreensão da realidade urbana. A hospitalidade na crise da compreensão e interpretação, fragmenta-se em tantos modos de hospitalidade quanto são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Mudam as formas de acessibilidade, legibilidade e identidade da cidade, mas não são eliminadas para a compreensão e interpretação dos espaços construídos.

Palavras-chave: Hospitalidade; Espaço urbano; Comunicação urbana.

Examinando atualmente a hospitalidade, enquanto vida em sociedade, particularmente na cidade, estamos assistindo ao surgimento de questões e perplexidades que ultrapassam a noção de hospitalidade construída, da antiguidade até hoje, sobre uma confortável segurança conceitual. A hospitalidade proporciona alguns paradigmas como aquele da “abertura da subjetividade à alteridade” consubstanciada pela presença de “outros” na cidade como “lugar mais humano”, como lugar antropológico (AUGÉ, 2003).

A hospitalidade, de acordo com os autores já clássicos que a estudaram, é uma ritualidade de acolhimento, aceitando o “outro” e recebendo-o em nossa casa, em nossa cidade.

¹ Trabalho apresentado ao NP - Comunicação Turismo e Hospitalidade, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor aposentado da FAU/USP; foi diretor desta unidade de ensino e pesquisa em 1976/1980 e 1982/1986. Foi coordenador do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi 2001-2003. Autor de diversos artigos e responsável, a partir de 2001, por pesquisas na área de hospitalidade. Realizou diversas viagens de estudos, particularmente em 2004, 2005 e 2007, participou de reuniões, encontros e congressos no país e no exterior na área de interesse da hospitalidade. É autor do livro A hospitalidade, a cidade e o turismo, editado pela Aleph em 2007. E-mail: consintgrinover@uol.com.br



Na cidade antiga a hospitalidade era um processo que começava com a identificação e depois a admissão, sob reserva, de um estranho. A realidade política da hospitalidade era um acolhimento sob condições. Hoje, o panorama mundial marcado pela marginalização, exclusão, nomadismo, implica, para “reinventar” a hospitalidade em sua nova feição, pensar uma hospitalidade ampliada, transversal, trabalhada caso a caso (SCHERER, 1997).

Alain Montandon, um estudioso da hospitalidade a partir da literatura e da mensagem verbal, sustentava que oferecer a hospitalidade na cidade é ter consciência, descobrir e valorizar suas próprias riquezas; é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos. A cidade, portanto, de acordo com Montandon, deve oferecer o que há de melhor nela; deve se oferecer como lugar onde se pratica a hospitalidade; deve proporcionar o encontro com o “outro”, colocando-se na posição de anfitrião que recebe para mostrar sua cultura, sua história.

A prática da Hospitalidade na cidade está condicionada pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização, seu repertório de símbolos, as regras de combinação desses símbolos, seus códigos de leitura e de emissão de mensagens não-verbais e a correspondência termo a termo de cada símbolo e um dado significado.

O entorno urbano vivido é o lugar de trocas e a matriz de um processo de hospitalidade, pois esta hospitalidade da e na cidade, definida esta como um sistema de atividades, coloca-se ao longo de uma cadeia que vai do construído aos espaços públicos e às redes de infra-estruturas, compartilhando a noção de atividade com a de experiência.

A hospitalidade clássica, no sentido histórico do termo, consistia em satisfazer as necessidades básicas e as de segurança e, em certos casos, de reconforto e de afeto de pessoas que estavam se deslocando por meio de uma relação gratuita.

Hoje a hospitalidade é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua sócio-diversidade. Se esse espaço tiver uma característica construída, estaremos chegando ao que podemos denominar de “lugar”, um espaço público ou privado, onde se pratica a hospitalidade.

Alguns autores (BAPTISTA, 2005) colocavam a hospitalidade no coração da vida social, não apenas como idéia universal reguladora, mas como competência prática, como relação inter-pessoal, seja qual for o seu contexto de realização, permitindo-nos pensar as práticas sociais a partir da valorização dos lugares de contatos, de interações,



encontros e relações inter-pessoais. Proporcionam-nos uma forma de comunicação urbana sob outra perspectiva; tornam-se objeto de estudo, novos signos e hábitos cotidianos como a moda, o jogo, a prostituição, o “flâneur”, as ruas, a fotografia, a publicidade.

Os signos dessa nova cultura urbana são identificados e articulados numa sintaxe própria, elaborando um discurso específico sobre a cidade. O objeto cidade é reconhecido por meio de códigos, compartilhando a idéia de apreensão da realidade urbana por meio de elementos significantes e da articulação entre eles numa linguagem. Lucrecia Ferrara (2002) trata a cidade como um espaço privilegiado do não-verbal. A autora levanta a idéia de que os códigos da cidade se formam não por meio de um único signo, mas através de signos variados como sons, palavras, cores, texturas, cheiros. “Não um sentido, mas sentidos produzidos que não se impõem” (FERRARA, 2002). Constitui-se, assim, o texto não-verbal, percebido e registrado por toda a cidade, por meio da experiência urbana, de uso dos espaços, uso esse que os qualifica, caracterizando lugares e sedimentando uma memória urbana.

Para o entendimento da cidade no âmbito da comunicação, do pensamento urbanístico e da hospitalidade urbana, é fundamental analisar as palavras, signos ou discursos da comunicação urbana como proferidos segundo a posição de quem os utiliza. A leitura além de interpretação, é uma intervenção criadora. Ao procurarmos apreender uma determinada organização social por meio da leitura do espaço urbano que ela ocupa, estamos não só decodificando seus símbolos, mas dando a esses um significado que varia conforme os conhecimentos de que dispomos, isto é, dos códigos que podemos utilizar.

A possibilidade de ler a cidade a partir de ferramentas da comunicação tem caminhos diferentes, dependendo dos signos, indicadores ou discursos a pesquisar. Diante da diversidade de representações e grupos sociais na constituição e transformação do fenômeno urbano nos dias de hoje, essa parece ser uma abordagem que permite reconhecer as diversas identidades e as diversas culturas que se apresentam simultaneamente por meio de códigos, símbolos, costumes, espaços construídos e experiências urbanas.

Vale agora considerar e analisar as mudanças no sistema urbano que afetam de diferentes maneiras o processo de hospitalidade no espaço urbano. Quais foram elas? Fundamentalmente deram-se com a adoção de novos modos de vida da população, de



novas modalidades de gestão dos espaços urbanos; com a alteração nas relações entre espaços públicos e privados; com o surgimento de espaços de uso público, mas de propriedade privada (Shopping Centers, espaços urbanos tombados, por exemplo).

A cidade oferece atualmente as mesmas características de hospitalidade analisadas até hoje (GRINOVER, 2007)? Subsistem ainda as categorias de análise da hospitalidade: acessibilidade, legibilidade, identidade, sobre as quais trabalhamos anteriormente? Como deve hoje ser analisada a mobilidade e, conseqüentemente, a acessibilidade? Quais são os códigos de leitura do espaço construído? A fragmentação urbana permite a compreensão da cidade como um todo e permite, ainda, individualizar as diferentes identidades urbanas? Há diversas cidades embutidas na cidade contemporânea? Quais influências poderão atuar na hospitalidade urbana, em função da dispersão e difusão urbana? Quais perspectivas de novos estudos para a hospitalidade do e no espaço construído? Não há ainda respostas definitivas para todas as perguntas, mas com nossos estudos e de outros colegas espera-se contribuir para encontrar alternativas para novas políticas urbanas de hospitalidade, capazes de acompanhar as mudanças que estão ocorrendo, bem como para novas políticas de atuação profissional dos planejadores da hospitalidade no espaço construído, considerando ainda que não é possível falar de espaços hospitaleiros, nem de lugares hospitaleiros, mas de “usos e ocupações hospitaleiras do espaço” (DE LA HABA; SANTAMARÍA, 2004), o que nos dá a característica da hospitalidade no espaço construído.

Em “La città postmoderna: Magie e Paure della metropoli contermpranea”, Giandomenico Amendola (2004) sustenta que as cidades estão se preparando para a competição oferecendo todas elas uma nova imagem de si. Intensificam-se as ações sobre a cidade para mudar sua lógica de funcionamento e forma física, e aumentar assim sua capacidade de competir em mercados nacionais e internacionais, e, ao mesmo tempo, satisfazendo seus habitantes. Pois é na cidade que se torna visível a grande transformação contemporânea, e entre as grandes transformações culturais, estão a assunção da cotidianidade, como campo privilegiado da formação do sentido e a contínua introdução de elementos do cotidiano em todos os campos da ação e do saber urbano.

Jean-François Lyotard em “La condition postmoderne” (1979) coloca as características constantes da experiência urbana pós-moderna como sendo basicamente: a indeterminação (ambigüidades e fracturas); fragmentação; a valorização das diferenças, o *patchwork* e o “bricolage” pojetual; a crise do “si mesmo” e a falta de



profundidade (a identidade como problema e a difusão de identidades mutáveis); a procura da beleza (substituição do princípio da utilidade com aquele do prazer); hibridação; redução do passado ao presente; a carnavalização (a vida como jogo, a máscara, a festa); o protagonismo e a participação (a cidade aberta aos significados de cada um de seus habitantes); o subjetivismo (a primazia da construção individual, o indivíduo militante de si mesmo, a coexistência de diferentes hipóteses do mundo, mesmo conflituais); casualidade e estocasticidade (caída da previsibilidade e da pré-determinação, primazia do acaso e da probabilidade).

A cidade contemporânea foge, graças à sua nova indeterminação estrutural, às tentativas de compreensão e de interpretação totalizante, seja dos especialistas, seja de seus habitantes. Os modelos totalizantes do passado, fundados sobre a racionalidade e sobre ordens pré-constituídas, mostram claramente sua crise e, com isto, a inconsistência dos projetos urbanos recentes.

Na cidade contemporânea o espetáculo torna-se o principal organizador da vida, como dimensão da experiência cotidiana. O espetáculo se espalhou no cotidiano da cidade e na rede dos espaços e dos tempos da experiência metropolitana.

A experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais, que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade. Desejo de prazer, procura da diferença social, avidez de consumo, afirmação de identidades, constituem impulsos fundamentais, entre si complementares e sinérgicos, para orientar o comportamento de novas tribos que percorrem a cena urbana.

Entre as primeiras e importantes vítimas do cenário urbano estão os grandes planos totalizantes fundados sobre princípios de ordem e racionalidade e entendidos como instrumentos ordenadores globais do crescimento e da vida da cidade. A experiência urbana perdeu seu caráter tradicional de processo dotado de um fim e tornou-se descontínua, fragmentaria, episódica e incoerente.

A pessoa escolhe lugares, estilos, imagens, códigos e os combina devido à própria experiência pessoal. Transferido esse conceito à hospitalidade, verifica-se que ela segue os comportamentos urbanos e fragmenta-se em tantas hospitalidades quantos são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Essa constatação fragmenta o conceito de hospitalidade clássica e subverte o sistema já consolidado. Novas hospitalidades vêm preencher os espaços urbanos, e tornar mais difícil ainda, a



apreensão da totalidade da cidade. Há inúmeras ilhas de hospitalidade construindo o mosaico urbano. O lugar da cidade que se conseguiu fazer “próprio”, habitando-o, exprime uma combinação de poder de compra, um capital cultural com suas competências e gostos, um capital social, consideradas as relações interpessoais, grupos de pertencimento, etc.

A chave para compreender algumas das principais modificações da cidade e da sociedade contemporânea é basicamente o conceito de “experiência”. Cada aspecto da cidade deve se tornar uma experiência ativa que possa ser promovida, desejada ou adquirida enquanto tal. Um café, uma praça, a própria cidade propõem-se como experiências globais, mais do que simples lugares. Na base dessa idéia de experiência há uma concepção pela qual o que tornou “importante” um lugar é a sua capacidade de nos tornar diferentes após atravessá-lo, percorrê-lo e de produzir uma experiência depois da qual não somos mais os mesmos. O que se vende não é o lugar, mas a experiência que esse produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiências. Um restaurante é uma experiência gastronômica, um museu uma experiência de história. Uma cidade, portanto, pode tornar-se uma experiência de cidade. Tudo torna-se interessante e vendável em nome da capacidade de se tornar experiência.

O termo experiência cobre significados novos, e evoca explicitamente o envolvimento profundo do sujeito na representação social.

A cidade é o principal livro sobre o qual a história pode ser reescrita e, sobretudo, lida (AMENDOLA, 2004). Além disso, a cidade é um depósito de conhecimentos e de possibilidades que ninguém pode imaginar de esgotar ou de organizar definitivamente. A cidade é um texto cuja leitura é difícil pela complexidade das mensagens, pela crescente polissemia das partes e os diferentes códigos dos leitores possíveis. O objetivo é o de colocar o texto urbano em condições de comunicar imediata e facilmente um passado histórico considerado precioso. A relação com o passado e com a memória coloca-se na cidade contemporânea de modo novo, a partir das modalidades específicas com que a cultura utiliza a tradição, bem como a história (tradição física: a cidade construída, suas arquiteturas e suas partes; tradição cultural: signos, códigos comunicativos e interpretativos, etc). Sua nova relevância vem unicamente da capacidade de significar o pertencimento ao passado e de reproduzir e recordar a história. A cidade apresenta-se como um conjunto fragmentado de formas



arquitetônicas, de experiências culturais e de estilos de vida, que torna praticamente impossível reconduzi-la à unidade ou coloca-la num quadro ordenado. A variedade da metrópole contemporânea impede toda tentativa de síntese unitária. A história, ao invés, enquanto passado, unifica e torna-se acessível a diversas leituras. Hoje nas pequenas ou grandes operações de renovação urbana, os códigos construtivos e projetuais geram um sistema narrativo que integra lugares, lembranças, significados, atividades e imagens.

Grande parte da revitalização da cidade e de suas partes consiste na recriação física ou cultural dos espaços públicos enquanto lugares que fundamentam a experiência urbana.

Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescente, assistimos, progressivamente, a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional dissolvendo-se pelo território e transformando-se numa massa fragmentada. Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano que alimenta uma idéia de cidade como somatória de tecidos urbanos soltos. Verifica-se que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por ampliações concêntricas, mas também pela integração, no seu funcionamento cotidiano, não só de aglomerados urbanos periféricos, como de territórios ou elementos de natureza urbana cada vez mais afastados, que, inclusive, surgem em territórios não contíguos.

Essa nova forma espacial e funcional colocará em causa a estrutura de rede de espaços a ela associada e, em último grau, a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público.

O caráter cada vez menos público dos espaços urbanos sugere que estes são cada vez menos visualizados como espaços efetivos de pertencimento. A praça ou o jardim não são mais espaço de interação social cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados por seus atores: a rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. Não só os espaços públicos deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos como perdem seu papel estruturador das atividades e das interações sociais da cidade.

Um outro elemento de análise destaca-se para o funcionamento da cidade: a mobilidade entendida em suas tendências e incidências sobre o ambiente, a morfologia urbana, os modos de vida, acessibilidade aos lugares. A mobilidade urbana refere-se à mobilidade de pessoas tanto quanto de bens e de informação. Como afirma Ascher



(2004) os meios de transporte de bens, pessoas e informação formam um sistema. Assim, as modalidades não seriam reduzidas aos únicos deslocamentos físicos num espaço ele mesmo reduzido a ruas e a outras infra-estruturas de transporte. A mobilidade tem uma dimensão cultural que explica as diferenças que podem existir de uma sociedade à outra.

Segundos os termos de Jacques Lévy (2004), com a telecomunicação, com a mobilidade e a co-presença, temos as três modalidades de gestão da distância da qual os homens dispõem: a telecomunicação para o transferimento de informação desmaterializada, a mobilidade pelo deslocamento, a co-presença pela eliminação da distância.

O movimento é o centro das dinâmicas de nossas sociedades: é social, econômico e urbanístico (ASCHER, 2004). O movimento está no âmago da vida; está também no âmago da economia: o capital está sempre se movendo tão velozmente quando possível, e o mercado existe pela mobilidade dos bens, das pessoas e das informações.

Hoje, deslocar-se tornou-se indispensável para ter acesso à maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais. A possibilidade de se movimentar, condiciona o acesso à habitação, ao trabalho, à educação, à cultura, etc. Dessa forma as mobilidades tomam uma importância e uma significação nova e dão ao direito de movimento um papel maior, pois não é um simples direito em se deslocar de um ponto para outro, mas é também um direito às qualidades dos lugares e aos tempos dos transportes, pois esses ocupam um lugar importante na vida cotidiana.

Hoje, a dinâmica do sistema BIP (Bens-Informação-População), suscita algumas situações, que em parte, são novas. De início a “metropolização”. Em seguida, assiste-se à mudança do sistema de acessibilidade. Em outras épocas os centros das cidades eram os lugares mais acessíveis e reuniam os valores simbólicos, sociais e econômicos da cidade. Hoje a evolução do sistema BIP modifica a geografia da acessibilidade: certas periferias se tornam mais acessíveis para algumas pessoas ou atividades do que os centros geométricos e antigos da cidade. Pode-se, com efeito, morar na periferia e ter acesso facilmente a um grande número de funções urbanas. Mas, ao mesmo tempo, a banalização de tudo o que se comunica, dá um valor reforçado às trocas diretas, não mediatizadas. O encontro face-a-face, a experiência “ao vivo”, a repartição das emoções coletivas (por ocasião de festas, de eventos esportivos), são cada vez mais valorizados,



tanto na vida fora do trabalho, quanto na vida profissional. Por fim, o aumento da velocidade dos bens, das informações e das pessoas modifica as atividades econômicas, sociais e culturais com relação às formas urbanas. Outrora, a densidade e a continuidade do espaço construído eram necessidades fundamentais para produzir a cidade, para maximizar as interações, etc. Hoje, a velocidade substitui-se à densidade, proporcionando espaços urbanos profundamente diferentes e provocando novos tipos de comportamentos: o caminho mais rápido na cidade nem sempre é o mais curto.

Encontramo-nos, portanto, na frente de uma nova questão urbana que resulta em grande parte do deslocamento dentro da cidade, da qual temos herdado culturas, os modos de vida que vem junto, com a cidade que emerge, com práticas sociais novas, que não sabemos ainda organizar e regular. É necessário otimizar economicamente os deslocamentos, tornar o acesso aos transportes mais eqüitativo e produzir um urbanismo e um sistema de mobilidade o mais respeitoso possível do ambiente.

Outra consideração coloca o patrimônio em relação com a hospitalidade e com todas as outras categorias de análise consideradas até agora. Segundo o entendimento clássico, o conceito de patrimônio refere-se ao legado que herdamos do passado e transmitimos às gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico (SILVA, 2005). Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado; outras sobrevivem a seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E, através da própria dinâmica da existência, esses objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. É assim que a cultura flui (SILVA, 2005).

O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Neste sentido, o patrimônio é “uma construção social”, ou se quiser, cultural, porque é uma idealização construída. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo de pessoas um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão de identidade, de uma identidade



“manufaturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes de nossa continuidade como pessoas através do tempo.

“Os objetos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado” (SILVA, 2005).

Referências bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. *La città postmoderna: magie e raure della metropoli contemporanea*. Milano: Laterza, 2004.

ASCHER, François. *Metapolis ou L'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995,

ASCHER, François; ALLEMAND, Silvain; LEVY, Jacques (Orgs.). *Les sens du mouvement: modernités et mobilité*. Paris: Ed. Belin, 2004.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2003.

BAPTISTA, Isabel. Para uma geografia de proximidade humana. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano II, n. 2, p. 11-22, 2005.

BAPTISTA, Isabel. *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 2007.

DE LA HABA, Juan; SANTAMARÍA, Enrique. *De la distancia y la hospitalidad: consideraciones sobre la razón espacial*. 2004. Athenea digital 5, p. 124-134. Disponível em: <<http://antalya.uab.es/athenea/num5/delahaba.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

DERRIDA, Jacques. *De l'hospitalité, Anne Fourmannelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.

FERRARA, Lucrecia. *Leituras sem palavras*. São Paulo: Ática, 2002.

GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Alpeh, 2007.

HALL, Edward. *The silent language*. New York: Doubladay, 1958.

LEVINAS, Emanuel. *Le temps et l'autre*. Paris: PUF, 1983.



LEVY, Jacques. *Modèle de mobilité, modèle d'urbanité*. Paris: Ed. Belin, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit, 1979. (A condição pós-moderna. 9 col. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006).

SCHERER, René. *Cosmopolitisme et hospitalité*, em *Ville et hospitalité*, textes du séminaire, 1994-1996. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'homme. Plan construction et architecture. Document de travail, 1997.

SILVA, Elsa Peralta da. *Patrimônio e identidade*. O desafio do turismo cultural. 2005. Disponível em: <CEAA.UFP.PT/turismo3.htm>. Acesso em 16 abr. 2008.